

ASTRONOMIA E AFINS: importância e potencialidades de pesquisas do arquivo do Observatório Nacional (1862-1980)

Everaldo Pereira Frade*

Beatriz Carvalho Betancourt**

Resumo

Criado em 1826, o Observatório Nacional (ON) tem parte do seu arquivo permanente custodiado desde 1985 pelo Arquivo de História das Ciências do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), vinculado ao Ministério de Ciências, Tecnologia e Inovação (MCTI). Figurando entre os mais consultados do acervo arquivístico do MAST, o arquivo do ON serve de fonte para pesquisas em diversas áreas, tais como história da ciência, museologia, física, astronomia e arquitetura. Este arquivo é composto por aproximadamente 110 mil documentos, basicamente administrativos, produzidos ou recebidos pelo ON desde aproximadamente a metade do século XIX até a década de 1980. Além de documentação textual institucional, possui mapas, fotografias, anotações científicas e impressos. O acervo também é objeto de um projeto de pesquisa patrocinado pelo Programa de Capacitação Institucional do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (PCI/MCTI), intitulado “De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional (1827-2010): pesquisa histórica e pesquisa arquivística como subsídios para a organização de um arquivo histórico quase bicentenário”. A pesquisa, que apresenta como um dos principais resultados o auxílio à organização do arquivo, realizada paralelamente, vem contribuindo para a proteção ao patrimônio científico e para o exercício do direito de acesso aos documentos públicos, preconizados como dever do Estado pela nossa legislação. O objetivo desse trabalho é destacar a importância e as potencialidades deste arquivo para pesquisa em diversas áreas e apresentar as características desse patrimônio científico documental brasileiro.

Palavras-chave: arquivo; observatório nacional; patrimônio documental; pesquisa.

* Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rua Gal. Bruce 586, São Cristóvão, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 20921-030; everaldopereira@mast.br. Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e mestrado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2006). Atualmente é tecnologista do Museu de Astronomia e Ciências Afins / Ministério da Ciência e Tecnologia, atuando no Arquivo de História da Ciência.

** Museu de Astronomia e Ciências Afins, idem; beatrizbetancourt@mast.br. Graduada em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Especialista em Gestão e Preservação de Acervos Culturais da Ciência e da Saúde pela Fiocruz. Atualmente é bolsista PCI no MAST.

Abstract

Created in 1826, the National Observatory (ON) has part of its historical archive, since 1985, kept by the Arquivo de História da Ciência do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), under the Ministry of Science, Technology and Innovation (MCTI). Figuring among the most consulted, the ON archive serve for research in several areas, such as the history of science, museology, physics, astronomy and architecture. This archive consists of about 110 thousand documents, basically administrative, produced or received by ON since about the mid-nineteenth century to the 1980s. Besides institutional textual documentation, there are maps, photos, scientific and printed notes. The archive is also the subject of a research project sponsored by the Programa de Capacitação Institucional of the Ministry of Science, Technology and Innovation (PCI / MCTI), entitled "From Imperial Observatory of Rio de Janeiro to National Observatory (1827-2010): historical research and archival research as subsidies for the organization of an almost bicentennial historical archive. " The research, which appears as one of the main results of the aid to the archive organization, held in parallel, has contributed to the protection of scientific heritage and to exercise the right of access to public documents, envisaged as state duty by our legislation. The aim of this study is to highlight the importance and potential of this for research in various areas and present the characteristics of the Brazilian documentary scientific heritage.

Key words: archive; national observatory; documentary heritage; research.

Introdução

As ponderações deste trabalho são frutos do projeto de pesquisa “De Imperial Observatório do Rio de Janeiro a Observatório Nacional (1827-2010): pesquisa histórica e pesquisa arquivística como subsídios para a organização de um arquivo histórico quase bicentenário”, desenvolvido no Arquivo de História da Ciência (AHC) do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST) e financiado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio do Programa de Capacitação Institucional (PCI). Este projeto tem duas linhas: uma histórica e outra arquivística. A primeira pretende reconstituir a história administrativa/organizacional do Observatório Nacional por meio de desenvolvimento de estudos sobre as alterações ocorridas a fim de traçar um quadro explicativo das múltiplas transformações sofridas nas atribuições do Observatório. A outra, de cunho arquivístico, tem como objetivos o mapeamento da documentação produzida pelo Observatório, ou vinculada ao mesmo, existentes em outros órgãos tais como o Arquivo Nacional e a Biblioteca Nacional, no caso de documentos anteriores a 1860, e o próprio Observatório Nacional, para documentos produzidos até a década de 1980; o resgate e análise das informações produzidas nas tentativas de organização do acervo, sobretudo ao longo das décadas de 1980 e 1990, pelas equipes que passaram pelo Arquivo de História da Ciência; e a análise do conjunto arquivístico que foi preservado. O que se pretende é um estudo visando identificar as mudanças de propriedade e custódia, as intervenções técnicas, dispersões e sinistros ocorridos ao

longo do tempo, causadores, via de regra, das lacunas existentes relacionadas ao arquivo em questão.

A documentação do ON passou à guarda do MAST na ocasião da criação do museu em 1985 e é composta por aproximadamente 110 mil documentos textuais (ou 33 metros lineares), além de fotografias, mapas e impressos, desde aproximadamente a metade do século XIX até a década de 1980.

Vale a pena registrar que ao longo desse tempo um grande número de documentos se perdeu, seja por falta de instalações adequadas, sobretudo na primeira fase de existência do ON, cujas instalações no Morro do Castelo eram precárias, pela falta de profissionais especializados e pelo descarte, sem critérios, de documentos, prática relativamente comum em diversas instituições. Isso produziu lacunas que hoje buscamos preencher com a bibliografia.

Breve Histórico do ON

O Observatório Nacional hoje atua em três grandes áreas de conhecimento - Astronomia, Geofísica e Metrologia em Tempo e Frequência, nas quais realiza pesquisa, desenvolvimento e inovação, com reconhecimento nacional e projeção internacional. Suas atividades incluem a formação de pesquisadores em cursos de pós-graduação, a geração, conservação e disseminação da Hora Legal Brasileira e a divulgação do conhecimento produzido através de atividades especializadas.

Criado em 1827 como “Imperial Observatório do Rio de Janeiro”, o ON é exemplo raro de órgão da Administração Pública Brasileira que se perpetuou ao longo do tempo, tendo sobrevivido inclusive à transição do Império para a República. Para além das atribuições facilmente relacionadas com o órgão, como as observações astronômicas nos anos iniciais de sua existência, coube à instituição o desempenho de uma série de atividades nas áreas de ciência e tecnologia, que posteriormente foram englobadas por outras esferas governamentais, tais como: observações meteorológicas, apoio à navegação, determinação da hora legal e estudos para delimitação de limites e fronteiras.

no começo do século findo esta cidade do Rio de Janeiro, com o influxo da Independência, havia tomado um grande desenvolvimento comercial e seu porto era um dos mais frequentados por numerosas embarcações, cujos capitães tinham necessidade de conhecer a declinação magnética, assim como a hora média, e a longitude, para regular seus cronômetros, a fim de poder empreender com segurança a viagem de retorno ou de continuá-la ao redor do mundo. Habitualmente as operações astronômicas necessárias à obtenção daqueles dados eram efetuadas com maior ou menor facilidade por processos aproximados, pelos comandantes de navios ou pelo oficial encarregado da navegação. Mas,

muitos desses elementos poderiam ser obtidos com mais exatidão e facilidade por profissionais, providos de instrumentos instalados em um Observatório, e capazes, pela sua instrução especial e guiados pela experiência, de obtê-las com maior exatidão e segurança. Da mesma maneira, havia necessidade de conhecer os elementos geográficos de pontos do território, para construir a indispensável carta (MORIZE, 1987, p.40).

Durante o século XIX, sobretudo, o Observatório Nacional teve participação importante no cenário científico brasileiro e mundial com trabalhos que contribuíram para o conhecimento nas áreas de sua atuação. Entre esses trabalhos alguns se destacam, como o da determinação da paralaxe solar, durante a passagem do planeta Vênus pelo disco do Sol, na Estação da Ilha de São Thomás, Antilhas, em 1882. Além disso, o Observatório participou de exposições mundiais, da Conferência Internacional do Primeiro Meridiano, Washington/Estados Unidos, 1884 e da Conferência Internacional Astronômica para Levantamento da Carta do Céu, Paris/França, 1887.

No plano nacional, o Observatório Nacional, ainda no século XIX, organizou a expedição, chefiada por Cruls, realizada ao Brasil Central, entre 1892 e 1896, servindo de base para a escolha do local aonde seria construída, anos mais tarde, a nova capital: Brasília. No início do século XX, o forneceu cientistas para a Comissão Mista de Limites Brasil-Bolívia, entre 1901 e 1902, também encabeçada pelo seu diretor Luiz Cruls, contribuindo assim para o estabelecimento e demarcação de parte das fronteiras brasileiras.

A estrutura precária das instalações do ON não impediu a continuidade dos bons serviços prestados pela instituição. Em 1919, chefiada pelo seu diretor Henrique Morize, o ON coordenou a expedição que documentou o eclipse total do Sol, em Sobral (Ceará), que contou com a participação de astrônomos ingleses e norte-americanos. As informações levantadas pelos astrônomos das três delegações comprovaram a teoria da Relatividade de Einstein, ao se constatar o desvio sofrido pela luz das estrelas no fundo do céu, causado pelo forte campo gravitacional provocado pela massa do Sol. Em 1921, o ON recebeu a visita de Albert Einstein durante sua estada no Brasil.

Em 28 de setembro de 1913, foi assinada a Ata de lançamento da pedra fundamental do novo Observatório Nacional, no morro de São Januário, no Rio de Janeiro. Em 1922, o ON foi finalmente transferido do Morro do Castelo, atual Esplanada do Castelo, para o novo endereço, em São Cristóvão, onde atualmente se encontra. Foi o final de uma demanda iniciada pelo diretor Emanuel Liais, cinquenta anos antes, e constantemente reivindicada por outros diretores e profissionais que buscaram dotar a instituição de instalações adequadas para a realização das suas atividades.

Desde 1913, quando foi aprovada pelo Congresso Nacional a lei que instituiu a Hora Legal no Brasil, o ON detém essa função essencial da vida moderna. A Divisão Serviço da Hora vem cumprindo todas as convenções internacionais já estabelecidas e tem como atribuições fundamentais a geração, conservação e disseminação da Hora Legal Brasileira (HLB) a todo território nacional, com diferentes níveis de exatidão e confiabilidade, conforme a Legislação Brasileira, bem como a realização de pesquisa e desenvolvimento no campo da metrologia de Tempo e Frequência.

Dando início à sua expansão através da instalação de postos avançados, o ON, em 1915, implantou o Observatório Magnético de Vassouras, no Rio de Janeiro, até hoje integrado à estrutura do ON. Em 1955, o ON ampliou sua atuação de pesquisa em magnetismo terrestre com o funcionamento de um observatório na ilha de Tatuoca, na foz do Rio Amazonas. Em 1972, foi aprovado um projeto de instalação de um observatório astrofísico, a ser instalado em Brasópolis, Minas Gerais. Em 22 de abril de 1980 já se encontrava instalado e iniciando operações um refletor cassegrain-coudé, de 1,60 metros (diâmetro do espelho principal). Em fevereiro de 1981, o Dr. J.A. de Freitas Pacheco, diretor do ON, inaugurou as instalações com o nome de Observatório Astrofísico Brasileiro (OAB). Em 13 de março de 1985, o OAB foi desmembrado do ON, dando origem ao atual Laboratório Nacional de Astrofísica (LNA).

O Observatório Nacional ao longo da sua história administrativa passou por diversas vinculações ministeriais. Inicialmente ligado ao Ministério da Guerra, o Observatório foi utilizado para aperfeiçoamento dos militares em formação, adquirindo caráter mais científico sob a gestão de Emanuel Liais, astrônomo francês. Entre 1877 e 1890, passou ao Ministério do Império, voltando a ser subordinado, por um breve período, ao Ministério da Guerra de 1890 a 1896 e no ano seguinte, em 1897, subordinou-se ao Ministério das Indústrias, Viação e Obras Públicas. Em 1909, foi incorporado à Diretoria de Meteorologia e Astronomia do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio até 1930. Um ano depois integrou-se ao Ministério da Educação e Saúde Pública até 1953, quando passou ao Ministério da Educação e Cultura, onde permaneceu até 1976, ano em que foi transferido para o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2000, o Observatório foi transferido para a subordinação direta do Ministério da Ciência e Tecnologia, ao qual se encontra ligado atualmente (VIDEIRA, 2007).

O ON é o mais antigo centro astronômico em funcionamento da América do Sul. Hoje, além da observação astronômica, se dedica: ao mapeamento de asteróides, cometas e meteoros que possam se chocar com a Terra, desenvolvendo detectores sensíveis à fraca luminosidade desses corpos celestes; a projetos de pesquisa sobre as reservas subterrâneas de água e petróleo; e a uma novidade que fez com que a instituição

passasse a ter receita própria pela primeira vez em sua história: a cessão do carimbo de tempo, com a hora oficial do Brasil, necessária para a certificação digital (processo de autenticação de documentos pelo computador).

Uma boa parte das pesquisas *hard* desenvolvidas pelos cientistas vinculados ao ON atualmente só são possíveis a partir de acordos de cooperação com observatórios de outras partes do mundo, já que as observações profissionais realizadas por instrumentos na instituição estão prejudicadas por conta da defasagem dos equipamentos e da poluição produzida pela cidade do Rio de Janeiro.

No entanto, o Observatório Nacional continua realizando suas atividades, hoje com ênfase em educação em Astronomia, educação em ciências e geração e divulgação da hora legal brasileira, sendo uma das instituições federais de pesquisas mais longevas do país.

Importância do arquivo ON

Antes de destacar a importância do arquivo permanente do ON, queríamos ressaltar que a documentação sob a guarda do MAST apresenta diversas lacunas que dificultam a obtenção de informações sobre o órgão, principalmente os relacionados ao período que vai do início do seu funcionamento efetivo (1846) à transferência da instituição do morro do Castelo ao morro de São Januário (1922).

Eugênio Fernando Soulier de Sauve, um dos primeiros diretores do Observatório e responsável por sua instalação no morro do Castelo, já apontava as péssimas condições de suas instalações como uma dificuldade para o pleno funcionamento do órgão, reclamações que se reproduzem nas falas de outros diretores até a transferência definitiva do ON para o morro de São Januário, ocorrida em 1821.

A precariedade física, somada muitas vezes à negligência de funcionários e diretores, pode ajudar, por exemplo a explicar as lacunas encontradas no arquivo da instituição em seus primeiros anos. As condições inadequadas de conservação, a que por décadas foram expostos os documentos, dão uma pista sobre a irremediável perda de grande parte deles.

Essa ausência de informações foi sinalizada inclusive por Henrique Morize, que destacou a existência de poucos documentos do ON relativos ao período de 1853 e 1866, em levantamento realizado quando preparava seu livro sobre os 100 anos de existência da instituição, apontando como prováveis causas dessa lacuna o recolhimento de documentos ao Arquivo Nacional, as várias vinculações ministeriais às quais o órgão

esteve sujeito e a deterioração e destruição dos mesmos pela ação do tempo e das más condições de preservação.

Nesses primeiros anos de funcionamento foram frequentes as solicitações de reformas ou transferência das instalações para outros locais da cidade, sempre com a negativa dos governos imperial e, posteriormente, republicano.

A situação só iria mudar em 1922, com a transferência definitiva do ON para o bairro de São Cristóvão. Dotado de um espaço amplo, no topo do morro de São Januário, a nova localização possibilitou que os instrumentos fossem melhor acomodados em virtude da construção de espaços apropriados para tal – caso de várias cúpulas, especificamente pensadas para a guarda e o manuseio de telescópios e lunetas. Dessa forma, o órgão passou a ocupar instalações que o igualavam a outros a ele similares situados em países mais ricos. Em relação à documentação produzida e recebida, não foi destinado um espaço específico, porém, mesmo armazenados nas suas unidades produtoras, os mesmos ficaram protegidos das intempéries.

Destacado isso, passamos à análise da documentação preservada. O arquivo do ON é um dos mais consultados do AHC, recebendo demandas de pesquisas internas e externas sobre variados assuntos, destacando-se trabalhos sobre astronomia, meteorologia, geodésia, expedições de observações astronômicas, biografia de ex-diretores, informações sobre aquisição de equipamentos, sobre a construção de outros observatórios, história do ON e a história política, científica e administrativa do Brasil.

No campo da História da Ciência, entre as diversas temáticas de relevante importância, abordadas nos últimos anos, podemos destacar as pesquisas sobre as expedições demarcatórias de Luiz Cruls para definir o local da futura localização de Brasília, principalmente a realizada por pesquisadores do Arquivo Público do Distrito Federal, em parceria com o Arquivo de História da Ciência, entre os anos de 2009 e 2010, visando mapear os caminhos percorrido pela expedições a partir de diversos acervos, entre os quais o do ON. A pesquisa confirmou a importância que a astronomia e o próprio observatório tiveram para que a empreitada tivesse êxito, além de reiterar a exatidão dos dados colhidos pelos expedicionários, muito próximos dos estudos ensejados na década de 1950.

A Meteorologia também é uma importante área de pesquisa bem contemplada pelo arquivo do ON, principalmente quando se trata das condições do tempo no Rio de Janeiro a partir do século XIX. A temática das mudanças climáticas tem atraído pesquisadores interessados em pesquisar aspectos ligados à incidência de chuvas, da medição da temperatura e das formas de previsão do tempo no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, uma das funções do ON.

Outra pesquisa recorrente tem como objeto a observação do eclipse solar de 1919 feita na cidade de Sobral/CE por astrônomos ingleses, norte-americanos e brasileiros que buscavam comprovar a teoria de Albert Einstein sobre a relatividade. A expedição foi coberta de êxitos e gerou diversos documentos, inclusive fotografias. No momento, pesquisadores da Universidade Federal do Pará e do Museu do Eclipse de Sobral/CE, separadamente, tem realizado levantamentos sobre os participantes das expedições, os sítios percorridos e as condições meteorológicas do período, entre outros assuntos.

No campo de pesquisa sobre biografias, são freqüentes as consultas sobre a atuação dos ex-diretores Emanuel Liais, Luiz Cruls e Henrique Morize, sobretudo os dois últimos, muitas destacando a relação entre esses astrônomos, o Observatório Nacional e o Estado brasileiro. Nesse ponto, as pesquisas são complementares às feitas nos arquivos pessoais sob a guarda do MAST, onde se encontram os arquivos pessoais de Luiz Cruls e Henrique Morize. Informações sobre outros ex-diretores e astrônomos que passaram pelo ON também ocorrem, porém com menos frequência.

As pesquisas ligadas à Coordenação de Museologia também são abundantes e essenciais para o trabalho dos profissionais do setor. Estas consultas geralmente focam na aquisição de equipamentos, na manutenção de aparelhos, nas plantas dos edifícios, etc, auxiliando na conservação do acervo museológico e arquitetônico sob a guarda do MAST. A maior parte do acervo museológico é composta por equipamentos adquiridos pelo ON ao longo da sua história e a documentação existente no AHC é importante por fornecer informações sobre as matrizes científicas seguidas pela instituição no campo da tecnologia, relativas à área de Astronomia, assim como as condições que foram adquiridas, as especificações técnicas e os fornecedores.

Potencialidades de pesquisa

Um arquivo institucional com mais de 150 anos de idade e composto por cerca de 110 mil documentos, certamente contém uma imensa potencialidade de pesquisa. Embora não seja a função dos profissionais que atuam no Arquivo de História da Ciência apontar caminhos para a pesquisa, por lidarmos diariamente com as diversas consultas ao arquivo, tais como as citadas acima, passamos a ter também o conhecimento sobre os documentos que compõem o mesmo. Dessa forma, seja pela imersão no processo de organização da documentação e no trabalho de atendimento ao público, nos encontramos numa posição privilegiada para apontar possíveis temas de pesquisa pouco privilegiados para auxiliar pesquisadores a encontrar informações a respeito dos seus objetos.

A revisão da história do Observatório Nacional seria, na nossa opinião, a principal área a ser explorada. A partir da utilização do arquivo sob nossa guarda e revisitando as obras já produzidas, seria mister fazer uma atualização aprofundada destacando aspectos administrativos, políticos e científicos da instituição. Num plano mais regional, a história do bairro de São Cristovão também poderia ser mais explorada, fazendo uma conexão com a história do Rio de Janeiro e a construção da sede do ON no começo do século XX. No arquivo ON existem diversas plantas e estudos sobre a escolha do local e a construção das edificações, com referências a demolições no perímetro ocupado pela instituição.

Podemos destacar ainda como tema de pesquisa uma ampla gama de assuntos, tais como: a relação entre o ON e os observatórios brasileiros e estrangeiros, a história da marcação e divulgação da hora legal no Brasil, o estudo sobre a aquisição de livros e revistas nacionais e estrangeiras, o desenvolvimento tecnológico das observações astronômicas, o impacto do meio ambiente nas observações astronômicas do ON etc.

A riqueza e o volume dos documentos que fazem parte do arquivo permanente do ON, isso atestado pela diversidade de temas que vem sendo estudados ao longo dos últimos anos e a ampla potencialidade para pesquisas futuras, transformam-no em parte essencial do patrimônio documental científico brasileiro.

Referências

BARBOZA, C. H. da M. (1994), O encontro do rei com Venus: a trajetória do observatório do Castelo no ocaso do Império, *Dissertação* (Mestrado), Departamento de Historia, UFF, Niterói, RJ.

BARRETO, Luiz Muniz. *Observatório Nacional: 160 anos de história*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional/CNPq/MCT, 1987.

FRADE, Everaldo Pereira.; YARRITU, José Benito; BICAKCI, Ninive Britez Biçákçi. *A perda da memória e a memória da perda: a análise do processo de acumulação de documentos do acervo do Observatório Nacional (1846/1922)*. IN: Lúcia Maria Velloso de Oliveira; Maria Celina Soares de Mello e Silva. (Org.). *Políticas de aquisição e preservação de acervos em universidades e instituições de pesquisa*. 1ed. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2013, v. 1, p. 148-158.

FRADE, Everaldo Pereira. A gestão documental do Observatório Nacional no contexto da reorganização do serviço público na Era Vargas (1930-1945). IN: OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina de. (org.). *Preservação, acesso, difusão: desafios para instituições arquivísticas no século XXI*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas do Brasil, 2013. p. 65-70.

FRADE, Everaldo Pereira; BICAKCI, N. B.. O Observatório Nacional através dos arquivos dos seus ex-diretores: a utilização de arquivos pessoais de cientistas como subsídio na organização de um arquivo institucional.. *Arquivos pessoais: história, preservação e memória da ciência*. 1ed. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2012, v. 1, p. 175-188.

HENRIQUES, V. P. (2010), “O gosto do estudo e da observação: a Revista do Observatório e a astronomia brasileira no final do século XIX”, *Tese de Doutorado*, HCTE/Instituto de Química/UFRJ, Rio de Janeiro.

MORIZE, Henrique. *Observatório Astronômico: um século de história (1827-1927)*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: Salamandra, 1987.

RODRIGUES, Teresinha de Jesus Alvarenga. *Observatório Nacional, 185 anos*. Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2012.

VIDEIRA, Antônio Augusto Passos, *História do Observatório Nacional: a persistente construção de uma identidade científica*, Rio de Janeiro: Observatório Nacional, 2007.

Quadro 1 - Vinculações ministeriais do Observatório Nacional ao longo dos governos e regimes da história brasileira

Subordinação Administrativa	Período	Diretores
Ministério do Império	15/10/1827 a 1844	Sem nomeação
Ministério da Guerra	1845 a 03/07/1977	Eugênio Soulier de Sauve (1845 a 1850) Antonio Manuel de Melo (1850 a 1865) Antonio Curvelo D'Avila (1865 a 1870) Emmanuel Liais (1870 a 1881)
Ministério do Império	04/07/1877 a 30/05/1890	Emmanuel Liais (1870 a 1881) Luiz Ferdinando Cruls (1881 a 1908)
Ministério da Guerra	31/05/1890 a 31/12/1896	Luiz Ferdinando Cruls (1881 a 1908)
Ministério das Indústrias, Viação e Obras Públicas	01/01/1897 a 11/10/1909	Luiz Ferdinando Cruls (1881 a 1908) Luis da Rocha Miranda, interino (1892 a 1894) Henrique Carlos Morize (1908 a 1929)
Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio	12/10/1909 a 03/12/1930	Henrique Carlos Morize (1908 a 1929) Alix Correa Lemos, interino (1929) Sebastião Sodrê da Gama (1929 a 1951)
Ministério da Educação e Saúde Pública	11/04/1931 a 24/07/1953	Sebastião Sodrê da Gama (1929 a 1951) Domingos Fernandes da Costa, interino (1951) Lélio Itapuambyra Gama (1951 a 1961)
Ministério da Educação e Cultura	25/07/1953 a 22/06/1976	Lélio Itapuambyra Gama (1951 a 1961) Luiz Muniz Barreto (1968 a 1979)
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq	23/06/1976 a 17/08/2000	Luiz Muniz Barreto (1968 a 1979) Jose Antonio de Freitas Pacheco (1979 a 1981) Licio da Silva (1981 a 1982) Luiz Muniz Barreto (1982 a 1985) Jean Marie Flexor, interino (1985 a 1986) Jacques Abulafia Danon (1986 a 1989) Ramiro de Porto Alegre Muniz, interino (1985 a 1986) Sayd Jose Codina Landaberry (1990 a 1998) Sylvio Ferraz Mello (1999 a 2001)
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	18/08/2000 em diante	Sylvio Ferraz Mello (1999 a 2001) Waldimir Pirró e Longo (2001 a 2003) Sergio Luiz Fontes, interino (2003 a 2005) Sergio Luiz Fontes (2005 a ?)

Fonte: (VIDEIRA, 2007)